

Considerações iniciais de pesquisas sobre a história do curso de História da Universidade Federal do Paraná

*BRUNO FLÁVIO LONTRA FAGUNDES**

Esse texto é resultado parcial de pesquisa de pós-doutorado acadêmico em História junto ao Programa de Pós-Graduação da UFRJ iniciado em fevereiro do corrente ano de 2013. Analiso algumas passagens da história do curso de História da Universidade Federal do Paraná até a institucionalização de sua pós-graduação, em 1972 – o primeiro mestrado acadêmico criado na região Sul do país. Espero contribuir para a análise da história dos cursos de História como entende Ferreira: importante para a compreensão dos “debates teórico-metodológicos que têm marcado a disciplina histórica nos últimos anos” (FERREIRA, 2012:613).

Os primeiros cursos de história estavam sendo criados para formar professores que deveriam atuar na educação básica, ou secundariamente na educação superior. A atividade de pesquisa, dependendo do curso, poderia ser mais ou menos desenvolvida, mas estava longe de ser o foco principal. Assim, o indivíduo responsável pela escrita da história, o historiador, não estava associado e envolvido diretamente com a docência, ou, se atuava como professor, não era sua meta levar os alunos a desenvolverem pesquisas. Este papel estava reservado a profissionais liberais eruditos que praticavam a pesquisa como uma atividade paralela nas suas vidas (FERREIRA, 2013:47)

Ainda inspirado em Ferreira, tentar compreender por que motivo o pesquisador de História de nossas universidades deixou de ser professor de nível secundário, passou a desdenhar do magistério e passou, a certo momento da história brasileira, a se dedicar exclusivamente ao ensino superior. Tal realidade já mereceu reflexões de autores da área da Educação dedicados ao Ensino de História e à Educação Histórica em alguns estudos inquestionáveis. Mesquita & Zamboni(2008) repassam por alguns desses estudos, relembram e ratificam autores com eles envolvidos, mais ou menos recentemente, como DeaFenelon, Marcos Silva, Raquel Glezer, Elza Nadai, Selva Fonseca, Katia Abud, Thais Nivia, Maria Auxiliadora Schimidt, Marlene Cainelli, entre outros.

* Professor adjunto do curso de História da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Campo Mourão (PR).

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

A história dos cursos de História brasileiros começa nos anos 30 do século XX, ocasião em que são criadas as primeiras faculdades de filosofia, ciências e letras. Na UFPR não foi diferente. A 19 de fevereiro de 1938 o curso de Geografia e História era criado no ato

de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, inicialmente uma instituição não-estatal que, durante mais de cinco anos, viveu do financiamento da União Brasileira de Educação e Ensino, a UBEE, ligada aos Irmãos Maristas, o que indica de antemão o compromisso político clericalista dos homens que se reuniram para criar a instituição superior.¹

Esquemáticamente, pode-se repartir a história do curso de História da universidade até os anos 1970 em duas gerações responsáveis pelo que seriam disciplinas *de História*: a dos primeiros professores formadores recrutados sem os dispositivos profissionais que seriam criados depois - professores do que era, mais precisamente, o *curso de Geografia e História* - pessoas normalmente nomeadas pelo presidente da República segundo indicação de autoridades universitárias superiores – e uma segunda geração, a de seus alunos – esses, sim, já iniciados em práticas profissionais menos marcadas por preferências explicitamente políticas e que vieram a se tornar os professores do curso nos anos 60 e 70, agora já curso de História *simplesmente*. A marca notória da primeira geração foi a de um profissionalismo bastante permeável a injunções políticas explícitas, num tempo em que uma política universitária nacional abrangente ainda estava em gestação.

A primeira geração praticamente se restringiu a três nomes cuja biografia não deixa enganar quanto a suas atuações na vida pública política, que foram professores permanentes até o final dos anos 60: *Brasil Pinheiro Machado*, prefeito de Ponta Grossa em 1932, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, deputado federal, interventor do Estado em 1946, advogado de formação e professor catedrático de *História do Brasil*; *Bento Munhoz da Rocha Neto*, deputado Constituinte de 1946, governador do Estado de 1951 a 1955, Ministro da Agricultura de Café Filho, Deputado Federal, engenheiro de formação e professor catedrático de *História da América*; e Homero Batista de Barros, professor catedrático do Colégio Estadual do Paraná em 1937, professor da Faculdade de Direito da UPR, advogado de formação - mais dedicado a funções burocrático-administrativas universitárias e professor catedrático de *História Antiga e da Idade Média*. Todos foram

¹As primeiras aulas do curso de Geografia e História se deram em salas do então edifício do congresso estadual – prédio depois esvaziado pelo Estado Novo. O interventor Manoel Ribas ordenou a desocupação do prédio e então as aulas foram transferidas para salas do Círculo de Estudos Bandeirantes (MOELLER & MARANHÃO, 1988:15). Outra informação, contida em fonte diversa, dá a saber que as primeiras aulas foram no prédio do congresso legislativo estadual, e que, após o “rompimento político” entre o reitor Omar Gonçalves da Motta e o interventor, as mesmas foram transferidas parte para o prédio da universidade, parte para salas do Círculo e parte para prédio de propriedade particular do professor Homero de Melo Braga (WESTPHALEN, 1988:21)

professores catedráticos por nomeação, por terem prestado, segundo a interpretação de autoridades da vida governamental, serviços relevantes ao país e ao Estado.²

As datas de atuação dessa geração variam de 1938 até meados de 1950 e pode-se dizer que eram professores menos preocupados com a regência de aula do que com o desempenho de atividades políticas (FERREIRA, 2013). Eram profissionais liberais eruditos que tinham a história como atividade paralela em suas vidas, falavam de lugares de autoridade cuja narrativa histórica organizava a face do que seriam os brasileiros, e em especial quem seriam os paranaenses e o Paraná dentro do Brasil.³

Desse grupo de três professores regulares do corpo docente originário do curso, e que se conservou até a criação do Departamento de História cerca de 20 anos mais tarde, todos eram sócios e integrantes ou do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense ou do Círculo de Estudos Bandeirantes – associação civil que agregava personalidades da vida pública paranaense num projeto de elevar a qualidade cultural da população por uma ação voltada contra o que identificavam como “correntes anticlericalistas” dentro do estado, principalmente da sociedade curitibana. Destaco o relato sobre o papel virtualmente essencial da agremiação Círculo de Estudos Bandeirantes, o CEB, de onde veio a grande parte de professores para a faculdade em 1938. Foi de um curso de Filosofia realizado no Círculo a partir de 1935 durante quatro anos que surgiu o núcleo da faculdade:

Mas as realizações “bandeirantes” transbordaram de sua atividade intelectual propriamente dita (...) Curso de Filosofia professado pelo Revmo Padre Jesus Ballarin. A ata numero 221, de 9 de maio de 1935, registra essa comunicação do presidente naquela data. “... um velho sonho dos “bandeirantes” está para se realizar graças à generosa boa vontade dos ilustres padres do Colégio Máximo Claretiano, não só do Superior, como do lente de Filosofia, revmo. Pe. Jesus Ballarin, que se mostrou de cativante gentileza, prontificando-se a instituir um curso daquela disciplina no Círculo de Estudos”. Peço vênha para chamar atenção do distinto auditório para aquela data: nove de maio de mil novecentos e trinta e cinco, pois, na realidade, nesse curso de Filosofia está em germe, como já temos tido a oportunidade de assinalar, a idéia, que depois se tornou esplêndida realidade, da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, hoje integrada à Universidade do Paraná. (...) foi das fileiras “bandeirantes” que se recrutaram os professores para regerem a maior parte das cadeiras dos vários cursos da faculdade. É justo, pois, justíssimo, que rendamos nessa hora nosso preito de gratidão e de saudade a esse que foi o “pioneiro” da grande causa da cultura filosófica em nossa

² Releve-se o fato de que a cadeira de História Moderna e Contemporânea sempre foi dentro do curso um caso de indefinição, nunca ocupada em definitivo por nenhum professor. A situação só cessou em 1957 quando do concurso para professor catedrático da cadeira.

³ Há distinção entre Brasil Pinheiro Machado e Bento Munhoz da Rocha Neto quanto à formulação identitária do paranaense. Se Munhoz da Rocha caracterizava o paranaense a partir de itens de uma identidade regional forjada no interior das fronteiras geográficas do próprio estado, Brasil – lendo Capistrano de Abreu e Gilberto Freyre - entendia que o paranaense era um desdobramento do homem nortista formado na matriz latifundiária e escravocrata da fazenda canavieira freyriana. (CORDOVA, 2009)

terra: o revmo. Padre Jesus Ballarin(REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES, 1954:765)⁴

Professora do curso de História pós-60, Cecília Westphalen, história, em 1988, a criação do CEB, reiterando sua importância e a de seu curso de Filosofia. Ressalta o papel de alguns de seus fundadores e da instituição no seio da sociedade curitibana, identificando a instituição como lugar de “intelectuais católicos” envolvidos num combate “anticlerical”. Confirma, a partir de uma analogia com o caso de São Paulo, seu papel de celeiro de docentes para os cursos criados pela nova faculdade em 1938.

Se o exemplo de São Paulo foi de importância, necessário é assinalar, de outro lado, para consolidação da nascente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, do curso de Filosofia realizado pelo Círculo de Estudos Bandeirantes, que reunia intelectuais católicos, e prelecionado pelo padre Jesus Ballarin, nos anos de 1934, 1935, 1936, 1937. Frequentado, entre outros, por Liguaru Espírito Santo, José Loureiro Fernandes, Bento Munhoz da Rocha Neto, este último afirmaria que o curso lhes dera as armas e a força para o combate no meio anticlerical predominante em que viviam em Curitiba. Por sua vez, Loureiro Fernandes testemunhou que a obra bandeirante não foi indiferente à fundação da primeira faculdade de filosofia, ciências e letras no nosso meio: nascida a idéia, de suas fileiras foram recrutados elementos docentes, afeitos ao estudo de disciplinas que constituíam o currículo da nova unidade de ensino superior. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná seria, pela sua atuação nos meios curitibanos e paranaenses, o grande instrumento da cultura católica, sobretudo após o seu consorciamento com a União Brasileira de Educação e Ensino, dos Irmãos Maristas, o qual, aliás, a salvou de insolvência e livrou da ameaça de extinção no segundo ano de funcionamento (WESTPHALEN, 1988:8 – grifos meus).

Ao longo de mais de vinte anos de atuação, os professores dessa primeira geração faziam discursos em assembleias universitárias, em aulas inaugurais de anos letivos e formaturas, em eventos políticos, solenidades públicas de agremiações de intelectuais, muitas vezes na presença de ministros de estado, governadores e presidentes da república. Por que ser professor de História facilitava o acesso à vida pública? Talvez porque a História sempre foi uma tribuna de onde se elaboravam discursos de identidade que facilitavam o caminho das conquistas políticas. Além do que escreviam livros e publicações, quando, mesmo sem a credencial profissional, eram como “de história”, textos nos Anuários da Faculdade de Filosofia, no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, na Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes.

⁴O texto é do professor Liguaru Espírito Santo, membro do CEB sempre catedrático da área de História e Filosofia da Educação na Faculdade de Filosofia desde sua criação. Está publicado em edição especial da revista do Círculo em 1954, ano em que se comemorava o “jubileu de prata” da instituição. É difícil fugir da proposição de que a Faculdade de Filosofia do Paraná não esteve envolvida no conflito ideológico entre católicos e não-católicos, entre escolanovistas e tradicionalistas que marcou os termos da disputa doutrinária quanto aos rumos da sociedade e da educação no país durante os anos 30 e 40.

Se a primeira geração fora bem mais permeável a injunções políticas, num tempo em que a política universitária brasileira ainda estava em gestação, já a geração dos anos 1960 será menos “política” e mais “profissional”. Entravam em cena pelo menos dois nomes que simbolizaram-na, os das professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva PilattiBalhana.

A passagem para a análise da segunda geração, dos anos 50/60, requer examinar as transformações da conjuntura histórica do Pós-Guerra. 1968 é tida como data fundadora na universidade moderna no Brasil, pois é daquele ano a lei 5540 da Reforma Universitária. Mas é importante marcar que desde o fim do Estado Novo já existem medidas legais tentando regulamentar o ensino superior e a educação básica no Brasil, exprimindo um processo de pressões ligado à constituição de uma sociedade urbana e industrial que está mudando a face do país. O anseio por reformas do sistema de ensino superior no Brasil era mais ou menos generalizado desde os anos 50 de populismo e desenvolvimentismo, que colocaram na agenda discursiva a idéia de que não haveria superação do subdesenvolvimento se não houvesse alfabetização em massa e formação de setores técnicos e intelectuais capazes de organizar o governo do país. Lembre-se, ainda, que a reforma universitária era uma, entre outras, das reformas de base do governo João Goulart. Diz Helena Bomeny que “a sociedade se modernizava, mas a universidade caminhava em sentido inverso”(BOMENY, 2012?:4). Esse o contexto da geração responsável por uma renovação docente e conceitual na história do curso de História da Universidade Federal do Paraná já em meados dos anos 50.

A recuperação dos currículos das professoras Cecília Maria Westphalen e Altiva PilattiBalhanaindica que suas influências se fazem mais pela participação como integrantes de uma ciência da História progressivamente profissionalizada segundo normas, valores e critérios da disciplina vinculada a uma instituição universitária cada vez mais regulamentada e bastante modificada se comparada aos anos 30 e 40.

Cecília Westphalen fora aluna do Colégio Estadual do Paraná nos anos 40, onde convivia com boa parte dos professores que também eram professores da Faculdade. Em 1950, era licenciada em Geografia e História e em 1952 era professora interina do curso. Em 1953 secretariou o evento de comemoração do Centenário da Emancipação do Paraná, iniciativa conjunta do curso com o Instituto Histórico estadual, ocasião em que publicou um texto na Revista do Instituto. Entre 1955 e 1957, filiou-se à Associação Histórica Inglesa e aprofundou relações com Fernand Braudel, tornando-se membro da Sociedade Marc Bloch de História sediada em Paris. Catedrática por concurso de provas e títulos em 1957 na cadeira de História Moderna e Contemporânea, teve papel decisivo na renovação teórica e conceitual do conhecimento histórico no curso, agora não mais na base de uma História de fundo

humanístico-cristão da geração anterior, mas de conceitos retirados a Escola dos Annales, com ênfase na economia vista na longa e média durações e na idéia do ofício de historiador.

O currículo de Altiya Balhana registra o licenciamento em 1949 em Geografia e História, em 1951 professora assistente do Quadro Extraordinário da Faculdade e em 1960 professora docente-livreira cadeira de História da América. Entre 1958 e 1967 foi secretária do Círculo de Estudos Bandeirantes. Nos anos 60, no curso de História, Pilatti Balhana foi a principal responsável pelo investimento conceitual e programático numa linha teórica de abordagem da História cujo fundamento era a História Demográfica e Quantitativa, também expressão da filiação do curso a corrente historiográfica francesa. Deve-se realçar a ação das duas professoras numa época da organização do ensino superior de História no Brasil que vai culminar na separação prática entre pesquisador e professor, coetânea à institucionalização da pós-graduação. As professoras tiveram expressiva participação na organização do Boletim do Departamento de História, publicado a partir de 1962 e condição para a existência do departamento, e foram capitais na criação do curso de pós-graduação em História dez anos depois.

Desde o primeiro boletim do DEHIS em 1962, os professores do curso estudavam a história demográfica dos movimentos migratórios no Estado, a ocupação histórica dos campos gerais paranaenses e o comércio Atlântico do Paraná pelo porto de Paranaguá. Em consonância com o programa e os apelos fixados pela APUH – criada em 1961 - de recuperação de arquivos históricos brasileiros, o curso de História do Paraná realizou grande projeto de levantamento e arrolamento de acervos históricos do Estado a partir de 1969. Cecília Westphalen definiu a função do profissional historiador assim: responsável por pesquisa em arquivos, onde a documentação histórica tinha um “extraordinário valor (...) inclusive para planos e projetos que visam a promoção de recursos humanos e o desenvolvimento econômico e social”.(BOLETIM9, Departamento de História/UFPR, 1969: 6)Definindo o papel social do historiador, priorizando objetos de estudo, constituindo fontes e adotando métodos particulares à ciência histórica pela via da tradição historiográfica francesa, o curso de História ia construindo as condições que justificavam sua existência. Márcia Scholz de Andrade Kersten acusa que os professores do curso de História teriam inventado o patrimônio de memória do Paraná com a representação de dois Paranas: um, moderno – o Paraná dos imigrantes, da ocupação do Norte e do Oeste, da Curitiba *Art Déco*, com belas edificações arquitetônicas como o Colégio Estadual, a Biblioteca Pública e o Teatro Guaíra - contra o Paraná tradicional de Antonina, Morretes e Lapa, fixado pela obra de Romário

Martins, criador do IHGEP em 1900 e considerado o “pai da História paranaense”. Nos anos 1960, de alguma forma o curso de História com seus historiadores criava memórias.

O trabalho de recuperação de arquivos paranaenses coordenado por Westphalen e Pilatti Balhana sacramentou a imagem do historiador como um oficial de arquivo que garantiu durante muito tempo o estatuto da disciplina histórica como algo próximo da arquivística. Em 1974, quando saíam as primeiras dissertações de Mestrado do DEHIS da UFPR, todas eram baseadas no material organizado pelo projeto de levantamento de arquivos paranaenses e endossados por teorias e conceitos tomados de autores da tradição historiográfica francesa.

Muito embora professores da primeira geração dos anos 1930 ligados ao tempo do curso formador de professores ainda constassem, no Anuário de 1963-1964 da faculdade, como integrantes catedráticos do curso, o que a documentação consultada sugere é que, ao longo de 21 anos, o curso foi perdendo seu caráter original de formador de professores para o de um curso para pesquisadores formados para a causa da História-ciência, e depois – como resultado da pós-graduação nos anos 70 – um curso de pesquisadores estritamente. Há de se apurar o que explica um processo histórico de reformulação organizacional e de redefinição de posições de poder na instituição universitária que foi seguido, aparentemente, num ritmo diferenciado de troca de nomes.⁵ Não que, a partir de dado momento, não tenha havido mais alguns gestos dirigidos a iniciativas de caráter pedagógico e formador de professores, mas a documentação permite acreditar que a causa científica está forte o suficiente para alterar o estatuto e a natureza do curso como concebido desde 1938 quando era Geografia e História.

Uma hipótese a ser investigada seria a de que a mudança de natureza e função do curso se transformaria com a separação dos cursos de História e de Geografia, juntos desde a criação. Mas há ambiguidades cuja documentação consultada ainda não permite precisar.

Primeiro, a de que, apesar da Lei 2594, de setembro de 1955, que desdobrava os cursos de História e Geografia nas faculdades de Filosofia, eles continuaram juntos durante alguns anos na Faculdade. Alda Moeller e Araci Maranhão (1988) justificam o fato afirmando genericamente que na UFPR não teria havido “condições operacionais” para a separação dos cursos até 1964. E Siqueira (1995:15) assegura que “a primeira luta do DEHIS é a favor da separação dos cursos de História e Geografia, ainda juntos. Essa separação só ocorre em 1964, levando conseqüentemente a criação de novas disciplinas”.

⁵ O caso mais exemplar desse processo foi o de Brasil Pinheiro Machado, que, da geração fundadora de professores, continuou ativamente dentro do curso nos anos 1960 e 1970, mesmo depois deste ter sido reorientado para uma direção mais científica, alteradas suas abordagens interpretativas e renovadas sua perspectiva metodológica. Pinheiro Machado continua, nos anos 1960 e 1970, um ativo professor do departamento, o que não acontece mais com os professores de sua geração Bento Munhoz da Rocha Neto e Homero Batista de Barros.

A data de criação do departamento é variável segundo o marco adotado pelos sujeitos que viveram o processo de sua criação. Três datas aqui são possíveis. Fins de 1959 – ano de que se utiliza Cecilia Westphalen para marcar a criação do departamento, em função de relato próprio com que marca seu papel de protagonista da criação do departamento. Também 1960, a 11 de junho, data em que Westphalen era eleita primeira diretora do DEHIS. Mas o ano de 1961 também é mencionado em função de ser aquele sobre o qual se produziu o primeiro relatório das atividades do curso e, aparentemente, homologada sua existência. A segunda ambiguidade, então, é a de que também a efetivação oficial do Departamento não firmou a separação dos cursos.⁶

Como desdobramento desse fato, se aceitas as datas de 1959, 1960 ou 1961, não é imediatamente que as atas do curso começam a ser produzidas. Isso ainda vai demorar por mais alguns anos. A primeira anotação em ata dos trabalhos do Departamento só foi produzida a 2 de dezembro de 1964, mesmo que o departamento informalmente já tivesse em atividade desde 1959, 1960 ou 1961. Esse lapso entre a criação do departamento e a primeira ata de seus trabalhos é atribuído pela diretora Westphalen ao “aumento considerável das atividades didáticas e de pesquisa” entre 1961 e 1964, além do que seria conveniente as reuniões do departamento passarem a ser registradas, pois reforma recente do regimento da Faculdade previa “como base de sua organização didática a existência dos departamentos”. Uma explicação aparentemente inócua, mas que aponta para um dado importante que antecipa a reforma de 1968, que cria oficialmente os departamentos na organização administrativa universitária como as menores unidades de organização da vida acadêmica.

Pelo sim, pelo não, em meio a ambiguidades, é pelo registro e menção breve de duas situações acontecidas com membro do Departamento de História da UFPR que pretendo cogitar sobre o processo de afastamento da História pesquisa da História ensino.

Na primeira ata do Departamento em 1964 estão transcritos relatórios anuais de atividades do curso em 1961, 1962 e 1963.⁷ Os relatórios registram os projetos de pesquisa em que estavam empenhados os professores, todos voltados a criar a base documental que pudesse ser o apoio para uma grande revisão da história do Paraná que justificasse a existência e a necessidade de um curso de História no estado. Na primeira ata está registrado o primeiro acontecimento a que faremos referência.

⁶ Em 1961, Cecilia Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Odah Regina Guimarães Costa, professoras do curso de História, foram a Londrina participar da XVI Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

⁷ Tais relatórios estão na íntegra datilografados no arquivo de Cecília Maria Westphalen, o que leva a supor não só sua liderança nos acontecimentos que marcaram a criação do departamento, mas que ela mesma elaborou os relatórios e mandou transcrever na ata.

Ao final da primeira reunião, a 2 de dezembro, aberta a participação para os presentes, tomou da palavra a professora Odah Regina Guimarães Costa, que havia sido, menos de um mês antes, concursada para o “serviço público estadual” do Paraná para o cargo de professora. A professora pediu a palavra para dizer de alguns fatos que vinha observando no curso e solicitar providências tendo em vista “suas observações durante a regência das disciplinas de *Introdução à História e Prática de Ensino de História* no quarto ano”. Diz a ata:

*Solicitou que mais uma vez fosse solicitada [sic] a criação de um Colégio de Aplicação na faculdade; em seguida pede a organização no departamento de um setor de material didático áudio-visual, para o qual os alunos teriam livre acesso; sugeriu também que se tomasse providência para que fossem adquiridas algumas coleções de livros didáticos de História Geral e História do Brasil para o primeiro e segundo ciclos do curso secundário para uso dos quartanistas nas aulas práticas de estudos dirigidos, e que essas sugestões fossem atendidas para o próximo ano letivo; posteriormente, sugeriu a ampliação do horário para as sessões de Prática de Ensino, pelo menos no segundo semestre, para que houvesse mais tempo para as aulas práticas e que houvesse obrigatoriedade de frequência para essas aulas (...)*⁸

A documentação não deixa concluir, mas pode-se ler que o “pelo menos no segundo semestre” frisado pela professora seja um apelo intimidado, já que pedir aumento de tempo para o ano todo seria impensável. Sua demanda por um setor de material didático audiovisual pode exprimir uma atenção às mutações da história do país dos anos 1950, quando há o desenvolvimento de uma cultura iconográfica nas populações urbanas e, por extensão, provavelmente, os processos de ensino e aprendizado.⁹ A demanda da professora por “coleções de livros didáticos de História Geral e História do Brasil para o primeiro e segundo ciclos do curso secundário” permite ponderar uma atitude de trazer a escola secundária por seus livros para dentro do curso superior de História com o fim de interação dos alunos com o setor de ensino. Ler, ainda, o apelo da professora para “que houvesse obrigatoriedade de frequência” nas aulas de Prática de Ensino pode exprimir que não havia rigor na presença nas aulas de Prática de Ensino como havia para outras matérias do curso. Como resposta, a diretora de departamento Cecília Westphalen

(...) salientou a impossibilidade de dedicar-se maior atenção à Prática de Ensino, disciplina cujos encargos são do Departamento de Didática, porque a falta de tempo e pessoal acarretaria sacrifícios das disciplinas históricas; sobre os materiais solicitados, tomar-se-iam as medidas necessárias; sobre a frequência, que esta seria observada com rigidez durante os trabalhos e as aulas práticas; e ainda sobre o

⁸ Livro de atas do Departamento de História (DEHIS) da UFPR. Ata de 2 de dezembro de 1964.

⁹ A idéia do desenvolvimento de uma cultura iconográfica é de Turazzi (1998). Em 1953, a professora interina do DEHIS, Cecília Maria Westphalen, também professora do Colégio Estadual de Curitiba, publica *Pequena História do Paraná*, em edição de capa colorida pela editora Melhoramentos e com várias ilustrações internas, aprovada pela comissão de professores designada pelo Secretário de Educação e Cultura do Estado.

Colégio de Aplicação far-se-ia um apelo à direção da faculdade, comunicando o pensamento do departamento sobre o assunto.¹⁰(grifo meu)

A documentação não nos permite afirmar se era fácil ou difícil para a professora responsável pelo Departamento de História lidar com questões ligadas ao Ensino naquele momento, mas talvez sua reação ressoe algum tipo de implicância com a demanda da professora de Prática de Ensino, afinal dedicar mais atenção à prática de ensino era impossível, porque subtrairia tempo das disciplinas históricas, querestariam sacrificadas, conforme estão. A referência a um “Departamento de Didática” na faculdade em 1964 pode informar do fato de que a professora se desincumbe de uma tarefa docente, mas pode mais: informar de uma divisão que, naquele tempo, a cada dia vai se aprofundar mais, separando ensino de pesquisa dentro dos próprios departamentos de História, uma vez que o bacharel estava desincumbido da parte didática. A colocação da professora Cecília Westphalen talvez manifestava os primeiros lances de um processo histórico ainda em fase inicial de consolidação. Tomando os anos 1980 para análise de desdobramentos posteriores do que estamos analisando, Mesquita & Fonseca (2006:341) identificam naqueles anos o reforço da “separação ensino-pesquisa, bacharelado-licenciatura”, sendo que os currículos dos cursos de História passam a ser marcados por uma “visão dicotômica, em que a teoria estava separada da prática, pelo menos no que dizia respeito à formação do professor”.

A posição da diretora do curso de História da Universidade do Paraná sobre assuntos de Didática e de Ensino de História no nível secundário nos anos 1960 não se dava isolada de sua participação em outras esferas de atuação. Não era incomum a participação de professores do Departamento de História em cursos e palestras voltados para professores de ensino secundário ensinando as “técnicas da pesquisa histórica” e tentando introduzir uma história nova diversa de outra que seria tradicional. Nossa segunda situação faz referência à necessidade dessas palestras em vista do que sabia sobre o uso de documentos históricos no Paraná e no Brasil pelo trabalho do departamento de História. E a separação entre pesquisar e ensinar. É nesse contexto discursivo sobre a História que Westphalen protagoniza o segundo acontecimento a que faremos referência.

¹⁰Livro de atas do Departamento de História (DEHIS) da UFPR. Ata de 2 de dezembro de 1964. É de se observar que a lei 9092 de 1946, que “amplia o regime didático das faculdades de Filosofia”, dispunha uma sistemática para formar distintamente bacharéis e licenciados, esses últimos tendo, no quarto ano, de optar por “formação didática, teórica e prática, no ginásio de aplicação” e “(...) obrigados a um curso de Psicologia aplicada à Educação” (BRASIL, Lei 9092 de 26 de março de 1946. Amplia o regime didático das faculdades de Filosofia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 de março de 1946, p.4566)

Ele está registrado no texto de apresentação de Westphalen ao Boletim do Departamento de História 9, *Arquivos Paranaenses*. Num dos momentos da explanação, a autora comenta sobre o que encontrava quando saía para palestrar sobre a História. O Boletim era todo dedicado aos trabalhos de pesquisa do projeto de Levantamento e Arrolamento de Fontes e era uma *Contribuição do Núcleo Regional da APUH ao V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. E trazia escrito:

A Associação dos Professores Universitários de História, a APUH – desde o início de suas atividades, no I Simpósio de Marília, em 1961 - tem chamado insistentemente a atenção dos pesquisadores nacionais para a necessidade urgente do levantamento das fontes históricas existentes no país, inserindo como tema obrigatório em todos os simpósios já realizados, aquele relativo às fontes. Essa insistência tem muita razão de ser. Uma, aquela que se tem feito em História do Brasil, com base apenas em fontes secundárias, repetindo-se o sabido e mesmo o mal sabido. São conhecidos, entre outros, dois casos na historiografia nacional, aquele do ilustre historiador do início do século que teria destruído as fontes documentárias que utilizara, afirmando: “Quem d’ora avante quiser estudar isso, há de ser no meu livro!” E o outro que, mais recentemente, publicara cerca de três dezenas de trabalhos, inclusive de história política, militar e diplomática do Brasil, e que jamais estivera, por exemplo, no Arquivo Histórico do Itamaraty. (BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, 1969:5)

Lastimando a falta de cuidado com a documentação histórica de pesquisa do estado paranaense ao longo dos três séculos de colonização, reforçados pelo desdém no Império e na República, a autora salienta no texto o estado calamitoso dos arquivos do estado, ao mesmo tempo em que justificava o vigoroso empenho dos professores do curso de História para modificar essa realidade. Depois de identificar os “destruidores deliberados”, conscientes, de documentos, que se desfazem dele por incúria e ignorância, e os “inconscientes”, que não sabem o valor da documentação, registra o que qualifica de “furor de pesquisa que tomou o Ensino Médio, no país, até mesmo o curso primário”. Diz o texto:

(...) via de regra mestres improvisados e sem preparação específica, com alunos, por sua vez, sem o mínimo de técnicas e conhecimentos indispensáveis, soltos, a realizarem “pesquisas históricas”, e, o que é mais grave, a coletarem e a recolherem material histórico para pretensos museus e arquivos escolares. Não faz muito tempo, um professor do ensino médio foi encontrado, a passeio, com o Livro Tombo de importante Matriz, debaixo do braço, a título de estar realizando pesquisas históricas com seus alunos (BOLETIM, 1969:6).

E conclui sobre a situação dos arquivos no Brasil que “o elenco exemplificativo do que se passa no Brasil em matéria de fontes e de arquivos históricos, seria enorme, apontando perdas danosas e irreparáveis para a cultura regional e nacional, e para a ciência histórica”. Se verídica ou não a referência meio irônica ao flagrante feito de um “professor de ensino médio (...) a passeio” com um livro tomo debaixo do braço – não há referência a veracidade da

informação, e nem foi a professora quem o viu – a afirmação induz pensar numa demarcação de espaço de prerrogativas no discurso da professora: o de que livros-tombo não são para estarem a passeio na rua, e muito menos nas mãos de professores de ensino médio, que acabam sendo destruidores inconscientes de documentos de arquivos. O “furor de pesquisa” que nos anos 1960 atacava as escolas brasileiras precisaria ser disciplinado e contido, sendo os livros limitados ao manuseio daqueles profissionais técnicos devidamente formados para lidar com a documentação de História.

Homologado o Departamento, ele acelera, e ao mesmo tempo é incrementado, pelo processo de transformação gradativa de padrões antigos de *atividade docente de professor* para padrões que firmam a *atividade profissional de historiador* identificado à pesquisa, com o que a ciência histórica produzida na Universidade do Paraná vai construindo as bases que justificam a pretensão de estatuto científico do que fazem seus profissionais afinados com a modernização do estado. No relatório de 1962 transcrito na ata de 1964, na parte de “publicações” [do departamento] está escrito que

O DEHIS deu início no ano de 1961, com o trabalho “Os imigrantes na formação histórica da sociedade brasileira”, da prof. Altiva Pilatti Balhana, a publicação de sua Série Didática. Esperamos que as publicações de sua Série Científica (...) [tenham] início no ano de 1962, com os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos professores do departamento.

Há um corte entre o didático e o científico, que, pondere-se, pode ser lido como um corte entre ensino e pesquisa. A ata informada idêa em curso de um projeto editorial do departamento dividido em duas séries de publicação de natureza diversa, uma *Didática* e outra *Científica*, firmando uma separação. Os acontecimentos posteriores e a documentação indicam que o plano não foi adiante, visto que não há nem mesmo indícios de que a Série Didática tenha continuado – o único número está recolhido na Biblioteca Pública do Paraná. E a Série Científica transformou-se nos Boletins do Departamento, de fato publicados regularmente a partir de 1962. Com textos e notícias do andamento do projeto publicados sempre no Boletim, trata-se, aqui, numa visão retrospectiva, de uma ação estratégica posta em movimento pelos docentes do curso de História em benefício da pesquisa histórica, afinal em 1972 era criado no Departamento o primeiro programa de pós-graduação em História, Mestrado, da região sul do Brasil - com área de concentração História do Brasil e linhas de pesquisa História Econômica e História Demográfica. Em 1974 as primeiras dissertações usavam dos acervos arrolados pelo grande projeto de levantamento de fontes feito nos anos 1960, mais sistematicamente a partir de 1969.

Nos anos 1960 já não havia mais espaço para professores eruditos, que eram “historiadores” que escreviam História e tinha na História uma atividade paralela a suas vidas, como quer FERREIRA(2013),e, principalmente, poderíamos dizer, atividades paralelas desuas *vidas de ocupações políticas*. Não havia mais espaço para os que não houvessem tido uma formação controlada e disciplinada por um corpo privativo de agentes acadêmicos que definiam e zelavam pelas normas de ingresso, desempenho e obrigações para obtenção de diplomas de atuação profissional, num mercado de trabalho cada vez mais concorrido e regulado pelas exigências de uma sociedade urbano-industrial. E, leia-se, já se esboça uma época a partir da qual já não está mais havendo lugares para quem quer *ensinar* História, mas apenas *pesquisar* História dentro de departamentos de História.

Embora preso a uma interpretação de cunho mais normativo e legalista, talvez já possível procurar o motivo das controvérsias sobre o que é a “profissão” do formado em História em dois textos legais. O decreto-lei 9092 de 1946 que ampliava o regime didático das faculdades de Filosofia separando a modalidade *bacharel* da de *licenciado* pode ter facilitado, vinte anos depois, a identidade do “profissional” formado em cursos de História como firmado pelo Decreto-Lei 53 de 1966, que fixava “princípios e normas de organização para as universidades federais”. O texto legal de 1966, nos itens II e III, artigo 2, distingue “ensino e pesquisa básicos” de “ensino de formação profissional e a pesquisa aplicada”.¹¹ Aos segundos estava planejado serem feitos “em unidades próprias, sendo uma para cada área ou conjunto de áreas profissionais afins dentre as que se incluem no plano da universidade”. Uma vez assim, identificado o profissional de História com o ensino, com o ser professor que faz “pesquisa aplicada”, a atividade de ensinar ficaria deslocada para “unidades próprias” - no caso as faculdades de Educação. Ao bacharel que não optou pelas disciplinas didáticas, em tese apartado da “pesquisa aplicada” e devotado à uma pesquisa pura sem aplicabilidade, estariam reservados os departamentos de História mesmo. E mais: ficaria reservada uma identidade profissional que não era por definição ligada a uma “profissão”, porque não estava dedicada ao ensino. Não começa aí uma divisão, expressa nos acontecimentos da história do curso de História da Universidade Federal do Paraná, mas que vai se disseminar por grande parte dos cursos de História brasileiros como uma mentalidade e um posicionamento quase doutrinário?

¹¹(BRASIL, Decreto-Lei 53 de 18 de novembro de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 de novembro de 1966, p.13416.)

Se pensável tal interpretação, não estaria exprimindo um processo histórico em que o advento da pós-graduação nos anos 1970 consolida algo anterior a ela? Ponto último da inflexão metodológica rumo à História de corte científico, maior, em detrimento do “chão da escola”, dali para frente frequentemente desdenhada? Ou restrita a poucos professores suplantados por outros que continuam implicitamente a tradição erudita dos que escrevem a História sem precisar de ensiná-la, como faziam os eruditos dos anos 30/40, que só escreviam História e bem pouco dedicados à sala ou a regência de aula? Questão em aberto, claro, e que não pretendemos nem de longe lançar como definitiva.

Desde sua homologação, a 1959, 1960 ou 1961, o curso de História vai construindo as condições que lhe garantem a justificativa para a existência da História Científica produzida pela universidade: um objeto histórico era fixado – o comparativo de um Paraná Moderno com um Paraná Tradicional; fontes históricas iam sendo constituídas – documentação da história colonial e imperial paranaense levantada, localizada e identificada em arquivos; um método ia sendo adotado – o da análise técnica qualificada de documentos por profissionais devidamente formados para tal; modelos de abordagem ganhavam espaço – o da longa duração braudeliana e a História Quantitativa de Pierre Chaunu; e um status profissional se firmava – o historiador é um “oficial de arquivo”.

Registre-se, por fim, ato emblemático havido no momento mesmo da criação do departamento de História da UFPR que, paradoxalmente, recorria à tradição erudita. Em setembro de 1959, o curso promoveu o *I Seminário de História*, a fim de revisar a obra *História do Paraná*, de Romário Martins, erudito criador do IHGEP em 1900, autor de obras sobre a história do estado e criador de tradição memorialística perene. A História do curso de História da UFPR, no seu primeiro gesto, já organizava a representação de sua memória. No curso do processo histórico de institucionalização do curso de História da universidade, são criadas, pouco a pouco, as condições que justificarão o prestígio e o reconhecimento da história-pesquisa produzida no novo departamento, e as bases de legitimidade que hierarquizarão o conhecimento histórico produzido num modo erudito-acadêmico com relação ao conhecimento histórico reproduzido num modo didático-escolar.

Essa concepção de ciência que promove a rígida divisão do trabalho intelectual e hierarquiza os saberes construídos é, para a professora [Dea Fenelon], dominante no mundo acadêmico, mesmo que revestida de novas formas e negando as origens positivistas e cientificistas (...) Nesse sentido, a história produzida nesse espaço social [a universidade] começaria e acabaria nele, pois esse conhecimento passivo, despolitizado e intelectualizado não conseguiria mais do que formar profissionais reprodutores dessas concepções, informações, perspectivas e saberes. (FENELON, 1982: 8-10 apud. MESQUITA & ZAMBONI, 2008: 148)

A história posterior dessa hierarquização é por demais sabida e sentida para merecer muitas citações.

Bibliografia e Documentação

Livro de Atas do DEHIS (UFPR)

Arquivo Cecília Maria Westphalen – Arquivo Público do Paraná

BOLETIM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Departamento de História. *Arquivos Paranaenses*. Curitiba, 1969: Departamento de História (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), n.9.

BOMENY, Helena. *A reforma universitária de 1968 25 anos depois*. [2012?]. Disponível em http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_04.htm. Acesso em março 2013.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. 296 f. *Tinguis, pioneiros e adventícios na mancha loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense*. Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino de História na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.2, p.611-636, abr.jun.2012.

_____. O lado escuro da força: a ditadura militar e o curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFi/UB). *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n.11, p.45-64, abril de 2013.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História*. Bens tombados no Paraná entre 1938 e 1990. Curitiba, PR: Imprensa Oficial, Editora da UFPR, 2000. 282 p.

MESQUITA, Ilka Miglio & ZAMBONI, Ernesta. A formação de professores na trajetória histórica da Associação Nacional de História (ANPUH). In: ZAMBONI, Ernesta & FONSECA, Selva G. *Espaços de formação do professor de História*. Campinas, SP: Ed.Papirus, 2008. p. 130-162.

MESQUITA, Ilka Miglio & FONSECA, Selva G. Formação de professores de História: experiências, olhares e possibilidades (2006). *Revista História UNISINOS*, v.3, n.10, p.333-343, set.dez.2006.

MOELLER, Alda Aracy & MARANHÃO, Eny Camargo. *Universidade Federal do Paraná*. Histórico do curso de Geografia, 1938-1988. 50 anos. Curitiba, PR: As autoras, 1988. 2002, 172 p.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. Edição especial comemorativa do 25º aniversário de fundação do Círculo de Estudos “Bandeirantes”. *O Círculo de Estudos Bandeirantes em vinte e cinco anos de existência*. Tomo II, p.743-770, setembro de 1954. Curitiba, PR.

REVISTA DO CÍRCULO DE ESTUDOS BANDEIRANTES. *Diretorias do Círculo de Estudos “Bandeirantes” de 1929 a 1939*. Tomo II, n.1, p.137-139, setembro de 1939. Curitiba, PR.

SIQUEIRA, Marcia Dalledone. DEHIS, 30 anos de história. BOLETIM 32, UFPR, Departamento de História, p.15-29, agosto 1995.

TURAZZI, Maria Inez. Uma cultura fotográfica. *Fotografia Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, IPHAN/MINC (Brasília), n.27, p.7-15, 1998.

WESTPHALEN, Cecília M. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná – 50 anos. Curitiba: SBPH – PR, 1988. 164 p.